

O custo aluno-qualidade inicial como parâmetro de financiamento da educação básica: uma análise de caso em Itacoatiara-Amazonas

The initial student quality cost as a parameter for basic education funding: a case study in Itacoatiara-Amazonas

El costo alumno-calidad inicial como parámetro de financiamiento de la educación básica: un estudio de caso en Itacoatiara-Amazonas

DOI: 10.55905/oelv23n8-001

Receipt of originals: 7/1/2025

Acceptance for publication: 7/25/2025

Lazaro Caio Rolim Pena

Mestrando em Ensino de Ciências e Humanidades

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Humaitá, Amazonas, Brasil

E-mail: lazaro.pena@ufam.edu.br

Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Endereço: Campinas, São Paulo, Brasil

E-mail: angelabiase@ufam.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa as condições de oferta da educação básica em uma escola estadual localizada no município de Itacoatiara-AM, à luz dos parâmetros estabelecidos pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). A pesquisa, de abordagem qualitativa, utiliza dados documentais, indicadores educacionais e observações institucionais para avaliar a distância entre a realidade escolar e o padrão mínimo de qualidade proposto pelo CAQi. Os resultados evidenciam deficiências estruturais, ausência de infraestrutura pedagógica, precarização das relações de trabalho docente e insuficiência de financiamento público. Tais elementos contribuem para o comprometimento do direito à educação com qualidade, especialmente em territórios historicamente vulnerabilizados. A análise teórica fundamenta-se em autores como Rezende Pinto, Saviani, Dourado, Araújo e na proposta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Conclui-se que a implementação do CAQi, enquanto instrumento técnico e político, é fundamental para garantir padrões equitativos de qualidade educacional em todo o território nacional, exigindo o fortalecimento das políticas públicas de financiamento com base na justiça social.

Palavras-chave: Financiamento Educacional, CAQi, Qualidade da Educação, Políticas Públicas, Desigualdade Social, Escola Pública.

ABSTRACT

This article analyzes the provision conditions of basic education in a state school located in the municipality of Itacoatiara-AM, based on the parameters established by the Initial Quality Student Cost (CAQi). This qualitative research draws on documentary data, educational indicators, and institutional observations to assess the gap between the school's reality and the minimum quality standard proposed by CAQi. The results reveal structural deficiencies, lack of pedagogical infrastructure, precarious teaching labor relations, and insufficient public funding. These factors compromise the right to quality education, particularly in historically vulnerable territories. The theoretical framework is grounded in authors such as Rezende Pinto, Saviani, Dourado, Araújo, and the proposal of the Brazilian National Campaign for the Right to Education. The study concludes that implementing CAQi as both a technical and political tool is essential to ensure equitable educational quality standards throughout Brazil, requiring stronger public funding policies based on social justice.

Keywords: Educational Funding, CAQi, Education Quality, Public Policies, Social Inequality, Public School.

RESUMEN

El derecho a una educación de calidad, garantizado por la Constitución Federal de 1988, sigue siendo uno de los principales desafíos de las políticas públicas educativas en Brasil, especialmente en las regiones periféricas. Este estudio tuvo como objetivo analizar los aspectos que componen una educación de calidad en una escuela estatal de Itacoatiara-Amazonas, utilizando el Costo Alumno-Calidad Inicial (CAQi) como parámetro orientador. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa, de carácter exploratorio-descriptivo y enfoque documental, fundamentada en el materialismo histórico-dialéctico. Se analizaron documentos institucionales, informes educativos y datos estadísticos del período de 2019 a 2022. Los resultados señalaron limitaciones significativas en infraestructura, formación docente y asignación de recursos financieros, evidenciando el incumplimiento de los parámetros establecidos por el CAQi. Se observó oscilación en los índices de aprobación, reprobación y deserción escolar, con impacto directo en la calidad de la educación ofrecida. La investigación concluye con la necesidad urgente de una implementación efectiva del CAQi como instrumento de corrección de las desigualdades educativas y de garantía de condiciones adecuadas de enseñanza-aprendizaje.

Palabras clave: Financiamiento, Educación Básica, Calidad, Políticas Públicas, CAQi, Amazonia.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira, ao longo de sua trajetória, tem sido marcada por

significativas assimetrias no que diz respeito à garantia do direito à qualidade, especialmente quando observada a partir das diferentes realidades socioeconômicas que compõem o país. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha assegurado, em seu artigo 206, o direito à educação com igualdade de condições e padrão mínimo de qualidade, a efetivação desse direito ainda encontra barreiras que vão desde o subfinanciamento estrutural à má distribuição dos recursos entre os entes federativos. Nesse cenário, municípios periféricos e regiões interioranas são frequentemente os mais afetados, com escolas que operam sem as condições básicas para o pleno desenvolvimento do processo educativo.

O município de Itacoatiara, localizado no estado do Amazonas, reflete, de maneira emblemática, essa realidade de precariedade e desigualdade. A maioria das escolas públicas estaduais da região enfrenta dificuldades estruturais, como salas superlotadas, infraestrutura inadequada, carência de recursos pedagógicos e rotatividade docente. Tais limitações, longe de serem pontuais ou acidentais, são expressões de um modelo de financiamento educacional que, historicamente, tem negligenciado a vinculação entre recursos financeiros e as reais necessidades das redes públicas de ensino. O problema, portanto, não se restringe à escassez de verbas, mas também à ausência de parâmetros objetivos que orientem a alocação equitativa dos investimentos públicos na educação básica.

Nesse contexto, ganha relevância a proposta do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), elaborada no âmbito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e fundamentada, entre outros, nos estudos de José Marcelino de Rezende Pinto. O CAQi representa uma tentativa concreta de romper com a lógica tradicional de financiamento baseada na disponibilidade fiscal dos entes federados, ao propor que os investimentos em educação sejam pautados pelas necessidades reais das escolas e dos estudantes. Trata-se de um instrumento técnico e político que visa orientar o poder público na definição de quanto deve ser investido por aluno para assegurar o mínimo necessário ao funcionamento digno das escolas, em termos de infraestrutura, jornada escolar, número de alunos por turma, remuneração docente, acesso a materiais didáticos, entre outros fatores essenciais ao ensino e à aprendizagem.

Diferentemente de modelos que vinculam qualidade a metas de desempenho padronizadas, o CAQi parte da concepção de que a qualidade na educação é inseparável das condições concretas de oferta. Para Rezende Pinto (2007), o direito à educação só se realiza de forma plena quando o Estado garante que todas as escolas públicas, em qualquer parte do território nacional, contem com os insumos indispensáveis para o trabalho pedagógico. Assim, o CAQi se consolida como um parâmetro de justiça educacional, ao tornar visível aquilo que muitas vezes é naturalizado: a precarização da escola pública como expressão de desigualdades históricas.

Contudo, apesar de sua fundamentação técnica robusta e da ampla aceitação entre pesquisadores e movimentos sociais, o CAQi ainda não foi efetivamente incorporado como referência vinculante nas políticas públicas educacionais. O novo Fundeb, aprovado em 2020, representa um avanço ao prever o CAQ (Custo Aluno-Qualidade) como objetivo a ser alcançado, mas ainda carece de mecanismos legais que garantam sua implementação concreta. Neste sentido, estudos de caso que avaliem empiricamente a situação das escolas públicas à luz dos critérios do CAQi são essenciais para demonstrar a urgência da regulamentação e aplicação efetiva desse parâmetro.

É nesse cenário que se insere o presente estudo, que tem por objetivo analisar os aspectos que compõem um ensino de qualidade em uma escola estadual de Itacoatiara-AM, utilizando como referência analítica o Custo Aluno-Qualidade Inicial. A escolha do município se justifica tanto pela relevância de seu contexto amazônico – historicamente marcado por desigualdades estruturais – quanto pela possibilidade de observar, de forma localizada, como se manifestam as contradições entre os direitos previstos na legislação e a realidade concreta das instituições escolares.

A partir dessa problemática, definiram-se como objetivos específicos deste trabalho:

- compreender os fundamentos legais e conceituais que sustentam a formulação do CAQi no Brasil;
- identificar os principais elementos estruturais, pedagógicos e financeiros que caracterizam o padrão mínimo de qualidade proposto;

- analisar os dados educacionais e as condições de funcionamento da escola selecionada;
- avaliar a correspondência (ou não) entre essa realidade e os parâmetros definidos pelo CAQi.

A abordagem metodológica adotada é de natureza qualitativa, com ênfase na análise documental e estatística, utilizando fontes como os relatórios escolares, dados do Censo da Educação Básica e os documentos institucionais da unidade educacional investigada. O referencial teórico está ancorado nas contribuições de José Marcelino de Rezende Pinto, especialmente no que tange à compreensão do financiamento da educação como instrumento de equidade e efetivação de direitos.

Com base nesses elementos, esta pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a qualidade da educação pública no Brasil, a partir de uma perspectiva que articula a análise empírica da realidade escolar com a crítica às políticas de financiamento historicamente insuficientes. Ao evidenciar as condições concretas de uma escola da rede estadual do Amazonas, à luz dos parâmetros propostos pelo CAQi, o estudo reafirma a importância da educação como direito social que exige, para sua efetiva garantia, investimentos públicos planejados, sustentáveis e comprometidos com a equidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o financiamento da educação básica no Brasil está profundamente imbricada com os desafios estruturais de efetivação do direito à educação pública com qualidade. Trata-se de um campo de disputa política e conceitual que ultrapassa os limites técnicos da contabilidade pública e se inscreve no debate mais amplo sobre justiça social, redistribuição de oportunidades e democratização do acesso ao conhecimento.

Compreender as dinâmicas que regulam a alocação dos recursos educacionais implica, portanto, analisar os fundamentos legais, os modelos teóricos de financiamento e as propostas que emergem da sociedade civil como forma de garantir a equidade entre os sistemas de ensino.

Historicamente, o subfinanciamento da educação pública tem sido apontado como uma das principais causas da má qualidade de ensino nas redes públicas brasileiras. As desigualdades regionais e a ausência de mecanismos que vinculem o repasse de recursos às necessidades reais das escolas resultaram em uma oferta educacional fragmentada e assimétrica. Nesse cenário, os marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) buscaram estabelecer parâmetros normativos para a vinculação orçamentária e o desenvolvimento de políticas públicas orientadas por metas de qualidade.

Entretanto, a definição do que constitui efetivamente uma “educação com qualidade” ainda é objeto de controvérsias. Modelos inspirados em abordagens gerencialistas tendem a associar qualidade ao desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, sem considerar as condições materiais de oferta, a valorização dos profissionais da educação ou a infraestrutura escolar. Essa concepção restrita, além de tecnocrática, desconsidera os elementos sociais, culturais e territoriais que influenciam o processo educativo, limitando a compreensão da qualidade a dimensões meramente quantitativas.

Em oposição a essa lógica, o conceito de Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), desenvolvido no âmbito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, representa uma inflexão significativa ao propor uma concepção de qualidade referenciada nas condições concretas de ensino-aprendizagem. A formulação do CAQi contou com forte atuação do pesquisador José Marcelino de Rezende Pinto, cuja obra se destaca por articular criticamente os fundamentos legais do direito à educação com propostas operacionais para o financiamento público.

Em sua perspectiva, a definição de um padrão mínimo de qualidade deve partir das necessidades objetivas das escolas, e não da disponibilidade fiscal dos governos. O CAQi, portanto, emerge como um instrumento técnico-político que visa estabelecer os insumos indispensáveis à garantia de um ensino com dignidade e equidade.

Segundo Carreira e Rezende Pinto (2007), a estrutura do CAQi é composta por parâmetros baseados em evidências empíricas e experiências educacionais bem-

sucedidas, priorizando elementos como: número adequado de estudantes por turma, presença de biblioteca, laboratório de ciências, sala de informática, quadra poliesportiva, jornada escolar de tempo integral e salários condizentes com a formação e carga horária dos docentes. Além disso, o CAQi incorpora custos com manutenção da escola, alimentação, transporte escolar, gestão democrática e acesso a recursos pedagógicos atualizados. Essa abordagem amplia o conceito de qualidade ao articular dimensões físicas, humanas, pedagógicas e organizacionais do processo educativo.

Diferentemente dos modelos centrados em índices de rendimento escolar, o CAQi compreende que a aprendizagem está profundamente relacionada às condições de oferta da educação. A ausência de insumos básicos compromete diretamente o trabalho docente, limita o protagonismo estudantil e fragiliza a relação da comunidade com a escola. Rezende Pinto (2007) argumenta que não basta avaliar os resultados obtidos: é necessário compreender os processos, os meios e os contextos que os produzem. Assim, o CAQi contribui para uma concepção ampliada de accountability educacional, pautada na justiça e na transparência do investimento público.

Outro aspecto fundamental da proposta do CAQi é sua articulação com o princípio da equidade. Ao propor um padrão nacional mínimo de qualidade, o CAQi explicita que a garantia do direito à educação requer a adoção de políticas redistributivas. Municípios com menor capacidade fiscal deve receber mais recursos, de forma a compensar desigualdades históricas. Nesse sentido, a atuação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) torna-se essencial para viabilizar a aplicação do CAQi. No entanto, como apontam os estudos de Rezende Pinto (2007, 2019), o Fundeb por si só não assegura o cumprimento desses parâmetros, sendo necessária a sua vinculação efetiva a uma base nacional de qualidade educacional.

A literatura especializada aponta que, apesar da robustez conceitual e técnica do CAQi, sua implementação plena ainda enfrenta resistência política e institucional. Muitos gestores públicos alegam a inexistência de recursos suficientes para cumprir os parâmetros propostos, o que revela uma tensão entre o princípio da universalização da qualidade e os limites orçamentários do Estado. Por outro lado, os movimentos sociais e

setores acadêmicos, defendem que a efetivação do CAQi depende da vontade política, do aprimoramento da gestão e da ampliação dos mecanismos de controle social sobre os gastos públicos em educação.

Diversos estudos de caso aplicados em municípios de diferentes regiões do Brasil vêm demonstrando a utilidade do CAQi como ferramenta de diagnóstico e planejamento. Ao comparar a realidade concreta das escolas com os parâmetros do CAQi, é possível identificar defasagens, estimar investimentos necessários e orientar políticas públicas. É nesse escopo que se insere a presente pesquisa, ao propor uma análise empírica das condições de funcionamento de uma escola estadual de Itacoatiara-AM, tendo o CAQi como referencial de avaliação.

Dessa forma, o referencial teórico deste estudo parte da compreensão de que o financiamento da educação é, antes de tudo, um instrumento de efetivação de direitos. Como destaca Rezende Pinto (2019), investir na escola pública não é uma concessão do Estado, mas uma exigência legal e ética. O CAQi representa, portanto, não apenas uma metodologia de cálculo, mas uma expressão política do compromisso com a educação como direito social. Ao adotar esse parâmetro como eixo central da análise, o presente trabalho busca contribuir para a construção de um debate qualificado sobre a qualidade da educação pública, ancorado em princípios de equidade, justiça e dignidade.

3 METODOLOGIA

A construção de uma análise que se proponha a avaliar os elementos constitutivos de um ensino público de qualidade, com base nos parâmetros definidos pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), exige a adoção de uma abordagem metodológica rigorosa, que possibilite a compreensão das múltiplas dimensões envolvidas no processo educacional.

Assim, a presente pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, cuja estratégia central foi a análise documental, aplicada ao estudo de caso de uma escola da rede estadual localizada no município de Itacoatiara, no estado do Amazonas.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar e descrever, em profundidade, as condições objetivas de funcionamento da escola analisada, considerando suas particularidades estruturais, pedagógicas, administrativas e financeiras. Conforme defendem os autores que trabalham com a abordagem qualitativa em educação, esse tipo de investigação permite apreender os fenômenos sociais em sua complexidade, priorizando a descrição densa e o vínculo entre os dados empíricos e os contextos sociopolíticos em que estão inseridos.

Nesse sentido, optou-se pelo estudo de caso como delineamento metodológico, por se tratar de uma estratégia que possibilita o exame intensivo e detalhado de uma unidade específica, proporcionando uma compreensão ampliada de seus processos internos, interações e condicionantes.

O estudo de caso adotado neste trabalho visa explorar em que medida os padrões de qualidade estabelecidos pelo CAQi estão ou não presentes na realidade concreta da escola investigada, estabelecendo uma relação crítica entre os referenciais normativos e os dados empíricos coletados.

A seleção da escola como locus da pesquisa deu-se a partir de critérios como:

- a) localização em região periférica com histórico de desigualdades educacionais;
- b) disponibilidade de documentos institucionais e dados estatísticos educacionais;
- c) representatividade de desafios estruturais comuns a outras unidades escolares da rede estadual amazonense.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de documentos oficiais e institucionais, entre os quais se destacam: o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola; o Plano de Ação Anual; os relatórios de gestão escolar; os dados do Censo Escolar da Educação Básica; as informações orçamentárias disponíveis nos portais de transparência pública; além dos marcos legais nacionais que regulamentam o direito à educação e o financiamento público, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e os documentos técnicos sobre o CAQi, produzidos por entidades da sociedade civil.

A análise dos dados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, adotada como procedimento de interpretação sistemática dos materiais empíricos. Essa técnica permite a organização das informações em categorias temáticas que dialogam diretamente com os objetivos específicos da pesquisa. As categorias foram construídas com base nos eixos estruturantes do CAQi, tais como: infraestrutura física e pedagógica; número de alunos por turma; jornada escolar; formação e remuneração dos docentes; presença de biblioteca, laboratório e quadra poliesportiva; e oferta de alimentação escolar.

O processo de categorização seguiu as etapas propostas por Bardin (2011), compreendendo:

- a) a pré-análise, com leitura flutuante dos documentos e identificação de recorrências;
- b) a exploração do material, com classificação das informações por eixos analíticos;
- c) o tratamento dos resultados, com elaboração de inferências e interpretações ancoradas nos referenciais teóricos da pesquisa.

Além disso, para garantir a fidedignidade e a coerência das análises, foi adotado o critério da triangulação de fontes, articulando os dados extraídos dos documentos institucionais com os dados estatísticos e com os referenciais legais e teóricos sobre o financiamento da educação básica. Essa estratégia metodológica visa ampliar a validade da pesquisa e fortalecer a consistência dos achados.

A perspectiva crítica que orienta este estudo está ancorada na compreensão da educação como um direito social e como um campo de disputa, tanto no plano das políticas públicas quanto no cotidiano das instituições escolares. Por isso, a metodologia adotada busca superar visões tecnicistas e quantitativas da avaliação educacional, assumindo que a qualidade do ensino é indissociável das condições materiais de sua oferta. Nesse ponto, a proposta do CAQi é mobilizada não apenas como instrumento de mensuração de custos, mas como referência normativa que expressa um projeto político-pedagógico comprometido com a equidade e a justiça social.

Por fim, é importante destacar que, embora a pesquisa não envolva diretamente sujeitos humanos em entrevistas ou observações, foram seguidos os princípios éticos estabelecidos para estudos em educação. O nome da escola e das equipes gestoras não foi

mencionado, preservando a identidade institucional e evitando qualquer forma de exposição indevida.

Assim, a metodologia aqui delineada possibilita a articulação entre teoria e prática, legislação e realidade, parâmetros normativos e condições concretas. Ao analisar criticamente os dados obtidos a partir da unidade escolar investigada, a pesquisa busca contribuir com o debate sobre a efetivação do CAQi como política pública estruturante da qualidade educacional no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise crítica dos dados empíricos coletados junto à escola estadual localizada no município de Itacoatiara, no estado do Amazonas, revela um cenário marcado por múltiplas camadas de desigualdade educacional. A precariedade estrutural, a insuficiência de recursos pedagógicos, a rotatividade docente e os baixos investimentos públicos convergem para um quadro que evidencia o descumprimento do padrão mínimo de qualidade definido pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi).

Esse instrumento, formulado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação com o apoio técnico de estudiosos como José Marcelino de Rezende Pinto, propõe um conjunto de insumos indispensáveis à garantia do direito à educação, configurando-se como um parâmetro objetivo para aferir a efetividade das políticas públicas educacionais (Carreira; Rezende Pinto, 2007).

Ao confrontar os dados estatísticos da escola com os parâmetros estabelecidos pelo CAQi, constata-se um abismo entre o que está previsto em termos de qualidade e aquilo que é de fato ofertado. Entre os anos de 2019 e 2022, houve oscilações expressivas nos indicadores de aprovação, reprovação e evasão escolar. A aprovação, que era de 85% em 2019, caiu para 78% em 2021, com leve recuperação para 82% em 2022. A reprovação variou entre 10% e 15%, e a evasão oscilou entre 5% e 8%.

Embora esses percentuais possam sugerir certa estabilidade, eles ocultam dinâmicas estruturais que afetam diretamente a permanência e o sucesso escolar, como o

descompasso entre currículo e realidade local, a ausência de suporte psicossocial e a dificuldade de acesso a tecnologias educacionais.

O agravamento dos indicadores durante a pandemia de Covid-19, especialmente entre 2020 e 2021, reitera os limites do sistema educacional brasileiro em lidar com contextos de crise, sobretudo em regiões historicamente negligenciadas. Como apontam Dourado e Siqueira (2020), a pandemia apenas exacerbou desigualdades já enraizadas, especialmente nas localidades onde o acesso à internet, equipamentos digitais e condições mínimas de infraestrutura escolar já era deficitário antes da emergência sanitária. As dificuldades enfrentadas pelas escolas da Amazônia Legal no que tange à continuidade pedagógica durante o ensino remoto, por exemplo, evidenciam a ausência de políticas compensatórias eficazes por parte do Estado.

Essa constatação remete a uma reflexão sobre a responsabilidade federativa na garantia do direito à educação. Rezende Pinto (2019) argumenta que o CAQi nasce justamente para superar a lógica da desigualdade na distribuição de recursos entre os entes federativos. Ao propor um custo padrão com base nos insumos necessários para um ensino de qualidade, o CAQi aponta para a necessidade de um novo pacto federativo em torno do financiamento educacional, ancorado na equidade e na justiça distributiva. A realidade da escola de Itacoatiara, no entanto, demonstra que esse pacto ainda não se efetivou de forma concreta, permanecendo como um horizonte normativo não alcançado.

Do ponto de vista da infraestrutura física, a escola apresenta deficiências graves: superlotação das salas de aula, ausência de biblioteca ativa, inexistência de laboratório de ciências e inexistência de espaços adequados para atividades esportivas e culturais. Segundo os parâmetros do CAQi, cada escola deveria dispor de um conjunto mínimo de instalações que garantissem o desenvolvimento integral dos estudantes. Como salientam Carreira e Rezende Pinto (2007), a integralidade do processo formativo depende não apenas do acesso à sala de aula, mas da possibilidade de vivência de práticas pedagógicas ampliadas, que articulem diferentes linguagens, espaços e tempos educativos.

Além disso, a precariedade tecnológica é uma das marcas mais evidentes da exclusão digital que atravessa o cotidiano da escola analisada. Durante a pandemia, a unidade escolar não conseguiu estabelecer estratégias minimamente eficazes de ensino

remoto, o que resultou em significativa perda de vínculo com os estudantes e ampliação das desigualdades de aprendizagem. Couto et al. (2023) demonstram que, em contextos de vulnerabilidade, a ausência de políticas públicas voltadas à inclusão digital atua como fator de aprofundamento da exclusão educacional, sobretudo quando não há investimentos sistemáticos em formação docente, distribuição de equipamentos e conectividade.

Outro eixo de análise que merece destaque refere-se aos recursos humanos. O corpo docente da escola é marcado por vínculos temporários e instabilidade funcional, com profissionais muitas vezes alocados fora de sua área de formação específica. Tal situação compromete a continuidade das práticas pedagógicas, dificulta a consolidação de projetos institucionais e fragiliza a relação entre professores e estudantes. Para Rezende Pinto (2019), a valorização docente, entendida como formação inicial de qualidade, condições adequadas de trabalho e carreira atrativa, constitui um dos pilares do CAQi. A ausência desses elementos não é apenas uma falha de gestão local, mas a expressão de uma estrutura sistêmica que historicamente desvaloriza o magistério, especialmente nas redes estaduais e municipais do interior do país.

No plano do financiamento, os relatórios de gestão e os dados públicos indicam que os recursos repassados à escola estão aquém das necessidades básicas para o seu funcionamento pleno. Como enfatiza Luiz Araújo (2019), a implantação do CAQi implicaria aumento significativo nos investimentos educacionais, sobretudo nas redes mais carentes, promovendo uma distribuição equitativa de recursos com base em critérios técnicos e sociais.

A escassez orçamentária obriga as gestões escolares a operarem numa lógica de emergência, priorizando gastos imediatos e contingenciando ações pedagógicas de médio e longo prazo. Esse funcionamento sob a lógica da escassez limita a capacidade de inovação pedagógica e compromete a construção de um projeto político-pedagógico com efetivo enraizamento comunitário.

Nesse cenário, mesmo iniciativas positivas, como projetos de leitura promovidos com recursos próprios ou articulações intersetoriais com instituições locais, embora reveladoras do compromisso ético dos profissionais da escola com a educação pública,

não são suficientes para reverter o quadro de desigualdade estrutural. Como reforça Saviani (2019), a educação enquanto direito social exige do Estado não apenas a garantia do acesso à escola, mas a provisão das condições concretas de permanência, aprendizagem e formação integral.

Dessa forma, a realidade observada em Itacoatiara não é um caso isolado, mas representativo de uma lógica nacional que desconsidera os parâmetros técnicos e normativos estabelecidos para assegurar a qualidade educacional. A articulação entre os dados empíricos e os marcos legais revela um descompasso entre as intenções formalizadas nas políticas públicas e sua materialização nas escolas. Como sublinha Saviani (2019), o direito à educação, para ser efetivo, precisa ser traduzido em políticas orçamentárias consistentes, mecanismos de acompanhamento e dispositivos de correção das desigualdades históricas.

Conclui-se, portanto, que o distanciamento entre a realidade vivida na escola analisada e os critérios do CAQi não se dá por ineficiência local, mas pela ausência de um compromisso político real com a universalização da qualidade. A experiência da escola de Itacoatiara reafirma a necessidade de transformar o CAQi em instrumento vinculante de política pública, garantindo o financiamento adequado à educação básica como condição para a superação das desigualdades e a construção de um sistema educacional justo, inclusivo e equitativo.

5 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia a persistência de desigualdades estruturais no sistema educacional brasileiro, refletidas de maneira contundente na realidade da escola pública localizada no município de Itacoatiara, no Amazonas. A partir da comparação entre os dados empíricos obtidos e os parâmetros do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), foi possível constatar que as condições de oferta da educação básica permanecem aquém do mínimo necessário para assegurar a formação integral e o direito pleno à educação, como previsto na Constituição Federal e nas diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Os dados demonstram que, entre 2019 e 2022, a unidade escolar sofreu variações nos indicadores de aprovação, reprovação e evasão, com agravamento perceptível durante o período da pandemia. Esses números, embora úteis para ilustrar a conjuntura, revelam camadas mais profundas de precarização, relacionadas à infraestrutura deficiente, à carência de recursos tecnológicos, à rotatividade do corpo docente e à insuficiência de financiamento público.

A análise crítica desses aspectos, articulada aos marcos teóricos de autores como Rezende Pinto (2007, 2019), Saviani (2019), Dourado (2020) e à proposta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2011), permite compreender que as dificuldades enfrentadas pela escola não são meramente operacionais ou circunstanciais, mas derivam de escolhas políticas que perpetuam a lógica da desigualdade no interior do pacto federativo brasileiro.

O CAQi, como proposta técnica e política, apresenta-se como uma ferramenta fundamental para reverter esse quadro, ao estabelecer critérios objetivos de qualidade e indicar os insumos indispensáveis à efetivação do direito à educação. Como destaca a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2011), o CAQi não é apenas uma sugestão de padrão técnico, mas um marco legal e ético que deve nortear o planejamento educacional e o financiamento público. Sua implementação, no entanto, permanece limitada à esfera do discurso, carecendo de normatização legal e de vontade política para sua vinculação ao sistema nacional de educação.

Ao examinar o caso específico da escola investigada, observa-se que a ausência de uma estrutura condizente com os padrões mínimos compromete não apenas o desempenho dos estudantes, mas também o sentido formativo da escola pública. A inexistência de biblioteca, laboratórios, espaços culturais e quadras poliesportivas limita o desenvolvimento integral dos alunos, contrariando as diretrizes do próprio projeto pedagógico da educação básica. Ademais, a precariedade das condições de trabalho docente, marcada por contratos temporários, baixos salários e escassez de formação continuada, agrava o cenário, impactando diretamente a qualidade do ensino.

Outro elemento que merece destaque é o esforço coletivo da equipe gestora, dos docentes e da comunidade escolar na construção de alternativas locais para enfrentar os

desafios cotidianos. Embora tais ações revelem resistência e compromisso ético com a educação pública, elas não devem ser romantizadas nem interpretadas como soluções estruturantes. Conforme argumenta Saviani (2019), a garantia do direito à educação com qualidade não pode se basear na boa vontade individual, mas na institucionalização de políticas públicas fundadas em princípios de equidade, financiamento adequado e valorização profissional.

A conclusão deste estudo, portanto, aponta para a urgência de transformar o CAQi em um instrumento vinculante de política educacional, com previsão orçamentária, monitoramento sistemático e responsabilização intergovernamental. Essa transformação é essencial para que escolas como a de Itacoatiara deixem de operar sob a lógica da escassez e possam construir trajetórias educativas ancoradas na dignidade, na justiça social e no pleno desenvolvimento dos sujeitos.

A efetivação desse paradigma exige o comprometimento do Estado brasileiro em todas as suas esferas com a construção de um sistema educacional que seja, de fato, inclusivo, equitativo e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. Impacto financeiro da implantação do CAQi no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 40, e0181802, 2019.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Maria Luísa Preti. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

COUTO, F. P et al. Sociedade tecnológica, educação digital e as desigualdades educacionais/sociais: práticas docentes antes e depois da pandemia. Revista ComCiência, São Paulo, v. 8, n. 12, set./dez. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi): parâmetros para a qualidade da educação básica. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011.

CARREIRA, D.; REZENDE PINTO, J. M. Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. Trabalho e formação de professores/as: retrocessos e perdas em tempos de pandemia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 842-857, set./dez. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica: resultados estatísticos de 2019 a 2022. Brasília, DF: INEP, 2023.

PINTO, J. M. R. O FUNDEB na perspectiva do custo-aluno qualidade. Em Aberto, Brasília, DF, v. 20, n. 93, p. 101–117, jan./jun. 2007.

PINTO, J. M. R. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. Propuesta Educativa, Buenos Aires, v. 28, n. 52, p. 24–40, 2019.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.